



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 3.607, de 17/10/05, D.O.U. nº 202, de 20/10/2005
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Eldyane dos Santos Pereira

FAMÍLIAS POR ADOÇÃO: um estudo sobre o perfil de adotantes e adotandos do
cadastro nacional de adoção

Palmas - TO

2016

Eldyane dos Santos Pereira

FAMÍLIAS POR ADOÇÃO: um estudo sobre o perfil de adotantes e adotandos do
cadastro nacional de adoção

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, apresentado ao Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Profa. M. Sc. Márcia Mesquita Vieira.

Palmas-TO

2016

Eldyane dos Santos Pereira

FAMÍLIAS POR ADOÇÃO: um estudo sobre o perfil de adotantes e adotandos do
cadastro nacional de adoção

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
elaborado e apresentado como requisito
parcial para obtenção do título de bacharelem
Psicologia pelo Centro Universitário
Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Data da Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. M. Sc. Márcia Mesquita Vieira
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA

Profa. M.Sc. Cristina D'Ornellas Filipakis Souza
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA

Prof. Hudson Eygo Soares Mota
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA

Palmas - TO

2016

Pereira, Eldyane dos Santos

P436f Famílias por adoção: um estudo sobre o perfil de adotantes e
adotandos do cadastro nacional de adoção / Eldyane dos Santos
Pereira / Palmas, 2016

52 fls.29 cm.

Orientação: Prof^a. M. Sc. Márcia Mesquita Vieira

TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) Psicologia - Centro
Universitário Luterano de Palmas. 2016

1.Adoção. 2. Família – Perfil. I.Vieira, Márcia Mesquita. II.
Psicologia.

CDU: 159.9.072.43

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária – Maria Madalena Camargo – CRB-8/298

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho tão especial aos meus queridos e amados pais, Ney Rodrigues Pereira e Leni Dos Santos Pereira. Pois foram vocês que me deram folego para que eu completasse essa longa batalha, cada esforço que fiz foi para honrar o imenso amor que tenho por vocês. Pai você que se dedicou inesgotavelmente para me apoiar durante esses quatro anos e meio, e você mãe que me deu todo seu apoio e sempre me ajudou a reconstruir minhas forças quando eu precisei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu Deus, por me dar momentos de paz durante as tormentas, esperança quando eu já não encontrava saída, fé para lutar pelos meus objetivos e afago quando a tristeza e solidão se faziam presentes.

Aos meus pais, os maiores e mais verdadeiros amores da minha vida, Pai te agradeço por você ser tão maravilhoso, por toda a sua dedicação para que nunca me faltasse nada, pelas suas sábias palavras nos momentos em que eu precisei ouvir, por todo seu apoio, pela sua paciência nos momentos em que errei e por todo o seu amor e carinho que fizeram com que eu me tornasse essa filha tão orgulhosa, apaixonada e dedicada a você. A você minha mãe, que sempre encontrou soluções nas horas em que eu me desesperei, as suas duras palavras que só serviram para eu compreender o quando você estava certa, a sua sabedoria para lidar meus conflitos e meus erros, a sua imensa doação de generosidade, aos seus gestos tão carinhosos que me fazem derreter de amor, ao seu carinho e amor de uma verdadeira mãe, a sua forma tão dedicada de ser essa minha supermãe foi que me fizeram ti admirar e amar dessa forma tão especial.

Quero agradecer ao meu amado irmão Eldney que esteve comigo na maior parte dessa trajetória, soube lidar com os meus momentos de fraqueza, me apoiou quando precisei me ajudou nas pequenas coisas que jamais esquecerei, me deu muitos momentos de alegria com o seu jeito tão especial de ser e pela sua dedicação em me mostrar o maravilhoso irmão que você é.

A todas as minhas primas e primos que residem em Palmas, por terem me acolhido e apoiado dès do primeiro momento, pelo cuidado em saber se eu estava bem ou se eu precisava de alguma coisa, aos momentos maravilhosos que passei ao lado de vocês durante esses anos, pois, vocês foram uma parte muito especial desta vitória, agradeço em especial a minha prima e amiga Vanessa que foi a pessoa que mais me ouviu, me compreendeu, me ajudou, que se preocupou comigo, que me deu carinho e me proporcionou tantos momentos de felicidade, obrigada minha querida por ser essa amiga tão dedicada e especial.

Obrigada aos meus queridos e amados amigos, Hudson, Priscila, Elisangela, Susana, Josélia, Cristiane e Jordana Rodrigues por apoio no decorrer desses anos, por todo carinho que vocês me dedicaram, por todos os momentos de alegria e tristeza que passamos juntos.

Aos meus colegas de faculdade que dividiram comigo as angustias, medos, ansiedades, dificuldades, conquistas, alegrias e essa vitória.

Agradeço em especial a minha querida orientadora, Marcia Mésquita por ser essa pessoa tão maravilhosa e dedicada, com você aprendi a não desistir e me superar, obrigada por todo o seu carinho, paciência e compreensão.

Aos queridos mestres do CEULP – ULBRA, vocês fizeram a grande diferença em minha vida! Muito obrigada: Ana Beatriz Dupré Silva, Carolina Santin Cotica, Heitor Abreu de Oliveira Dantas, Irenides Teixeira, Jaci Augusta Neves de Souza, Lauriane Moreira, Nara Wanda Zamora Hernandez, Wayne Francis Mathews, Cristina Filipakis, Fabiana Curado, Rosangela Veloso, Sonielson Luciano e Almerinda Maria.

RESUMO

PEREIRA, Eldyane dos Santos. O PROCESSO DE ADOÇÃO: um estudo do perfil dos adotantes e dos adotandos no Cadastro Nacional de Adoção. 2016. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2016.

A presente pesquisa teve o objetivo de analisar e compreender o perfil dos pretendentes a adoção e das crianças e adolescentes disponíveis no Cadastro Nacional de Adoção no mês de março de 2016. Buscamos através dessa análise identificar em que esses perfis estão envolvidos com a demora em relação à adoção e como as novas configurações familiares estão se relacionando com esse tema. A importância social do estudo é a de poder levantar informações que podem ser objeto de intervenções a serem executadas pelos profissionais que trabalham auxiliando na área da adoção e suas motivações, além de no campo acadêmico trazer informações científicas em relação à realidade social local, pois a universidade está constantemente formando profissionais que irão atuar e intervir nessa realidade familiar, que vem a ser a modalidade adotiva. A parte teórica do trabalho focou no histórico da adoção, da família no Brasil e a história do adotante e do adotado do início da adoção no país até os dias atuais. A pesquisa foi efetuada no mês de março de 2016 no Cadastro Nacional de Adoção. Tal pesquisa é de caráter exploratório, na qual se realizou um estudo qualitativo. A interpretação dos dados foi realizada através da análise de conteúdo, e concluiu-se a influência dos perfis dos adotantes e dos adotandos na demora da adoção e que as novas configurações familiares também se fazem presente nas famílias adotivas.

Palavras Chaves: Adoção. Perfil. Família.

ABSTRACT

This study aimed to analyze and understand the profile of applicants and the adoption of children and adolescents are available in the National Adoption Register in March 2016. We seek through this analysis to identify where these profiles are involved with the delay for the adoption and how the new family configurations are relating to this topic. The social importance of the study is to be able to gather information that can be interventions object to be performed by professionals working in the field of aiding adoption and their motivations, in addition to the academic field to bring scientific information regarding local social reality, because the university is constantly forming professionals who will act and intervene in family reality, which happens to be the adoptive mode. The theoretical part of the work focused on the adoption of the historic family in Brazil and the history of the adopter and the adoptee's early adoption in the country to the present day. The survey was conducted in March 2016 in CNA. Such research is exploratory, in which it conducted a qualitative study. Interpretation of the data was performed by content analysis and concluded the influence of profiles of adopters and adotandos delay in the adoption and the new family configurations also are present in stepfamilies.

Key words: Adoption. Profile. Family.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEULP	Centro Universitário Luterano de Palmas
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por idade das crianças e adolescentes disponíveis para adoção no Brasil.....	29
Gráfico 2 – Pretendentes que desejam adotar por faixa etária.....	30
Gráfico 3 – Crianças e adolescentes disponíveis por regiões no Brasil para adoção.....	31
.	
Gráfico 4 – Pretendentes a adotar disponíveis por regiões no Brasil	32
Gráfico 5 – Irmãos disponíveis para adoção.....	33
Gráfico 6 – Pretendentes que desejam ou não adotar irmãos.....	34
Gráfico 7 – Crianças e adolescentes por gênero disponíveis para adoção no Brasil	35
Gráfico 8 – Pretendentes que desejam adotar por sexo.....	36
Gráfico 9– Crianças e adolescentes disponíveis para adoção no Brasil por raça...	37
Gráfico 10 – Pretendentes que aceitam adotar crianças e adolescentes por raça...	38
Gráfico 11 – Crianças com doenças disponíveis para adoção no Brasil.....	39
Gráfico 12 – Pretendentes que aceitam crianças doentes.....	40
Gráfico 13 – Pretendentes por configuração familiar no Brasil.....	41
Gráfico 14 – Estado civil dos pretendentes a adoção no Brasil.....	42
Gráfico 15 – Faixa etária dos pretendentes a adoção no Brasil.....	43
Gráfico 16 – Pretendentes à adoção no Brasil que já possuem filhos biológicos.....	44
Gráfico 17 – Faixa salarial dos pretendentes a adoção no Brasil.....	45
Gráfico 18 – Situação atual dos pretendentes a adoção.....	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ADOÇÃO E FAMÍLIA NO BRASIL	15
2.1 Contextualizando a adoção no cenário brasileiro e os caminhos percorridos até a atualidade	15
2.2 Uma breve colocação a respeito dos transmites para Adotar no Brasil	19
2.3 Definições de família brasileira e a sua evolução histórica	20
3. PERFIL DOS ADOTANTES E DOS ADOTADOS NO CONTEXTO DA ADOÇÃO NO BRASIL	23
3.1 O histórico dos adotantes no Brasil	23
3.2 Mudanças no contexto histórico do adotado no Brasil	25
4. METODOLOGIA	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o tema sobre adoção tem se apresentado de grande interesse para muitos pesquisadores brasileiros (FREIRE, 1994; WEBER, 2000 B; SILVA, 2012). Embora ainda existam poucas pesquisas sobre a temática, quando esta é comparada a outros temas de investigação no país, a adoção torna-se uma temática preocupante, pois envolve crianças e adolescentes que necessitam de famílias para acolhê-las, ao mesmo tempo em que envolve adultos que estão à espera de filhos para completar o seu desejo de ser pai ou mãe.

A adoção faz parte de um contexto histórico de transformações das estruturas familiares, que vem mudando constantemente no decorrer dos anos. Aos novos caminhos que a adoção vem tomando, propõem-se várias inversões de valores, dentre elas o favorecimento da criança e do adolescente em relação aos seus sentimentos e opiniões. Atualmente o que se busca é, acima de tudo, a valorização da integridade das crianças e adolescentes que estão envolvidos nesse contexto, como uma forma de constituir uma família não biológica, na qual a opinião social sobre os adotados e adotantes passou de preconceituosa para aceitação e admiração (WEBER, 2000 A).

Nos últimos anos, a sociedade tem diversificado suas ideias e percepções em relação à adoção. No Brasil, merece destaque o investimento na manutenção de grupos de apoio e fomento na mudança das leis que tratam do tema, com vista a garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. Têm sido crescentes as modificações em seu significado, as mesmas estão se refletindo no aumento de grupos de apoio e nas mudanças das leis, as que estão buscando melhorias que garantam os direitos das crianças e adolescentes que estão envolvidas neste contexto, além de ampliar as responsabilidades dos adotantes (VALÉRIO; LYRA, 2014).

Novas configurações familiares estão se formando ao longo dos anos, vivenciamos na atualidade novos modelos de constituição de família que passaram e estão passando por mudanças (CAPITÃO; ROMARO, 2012). Entende-se que o adotante também está inserido nesses novos modelos familiares, pessoas mais jovens, solteiras, casais homoafetivos e casais com filhos biológicos que antes não ponderavam a adoção, começaram a se interessar pelo assunto. Esses sujeitos

estão vivenciando o contexto dessas novas formas de constituir uma família na pós-modernidade.

De acordo com a consulta em 20 de outubro de 2015 realizada no Cadastro Nacional de Adoção, atualmente existem 6181 crianças e adolescentes aguardando para serem adotados e 34168 pretendentes estão cadastrados aguardando para adotar (CNA, 2015). Esses dados nos mostram que existem problemáticas relacionadas à espera pela adoção, pois existe um número muito maior de pretendentes que de crianças aguardando para serem adotadas, porém esses encontros não estão sendo efetivados. Esse fato invocou alguns questionamentos, como qual o perfil das crianças que estão disponíveis no CNA? Qual o perfil dos pretendentes a adoção que poderemos encontrar no CNA? Estariam esses perfis envolvidos com o grande número de crianças a espera da adoção? E como as novas configurações familiares estão se relacionando com a adoção?

Diante das indagações suscitadas no bojo das considerações sobre as mudanças que vêm ocorrendo no contexto da adoção e nas configurações familiares da contemporaneidade, tem-se o objetivo de comparar o perfil dos adotantes e dos adotados no Brasil, por meio de uma análise dos relatórios do CNA de março do ano de 2016.

O interesse pelo assunto surgiu quando a autora do trabalho assistiu ao filme *Meu Malvado Favorito*, que conta a história de um idealizador malvado que planeja roubar a lua, e para constituir seu plano ele adota três órfãs, as quais ele acredita que ajudará a facilitar as tramoias de seu plano, porém ele se apaixona pelas filhas, deixando seus propósitos malvados de lado para dar atenção às meninas. O filme despertou na autora a curiosidade de saber mais sobre o contexto da adoção no Brasil; sobre como essas crianças são entregues para o caminho da adoção; como os pretendentes são motivados e por como eles podem conseguir adotar uma criança. Iniciaram-se então pesquisas sobre a adoção no país, e percebeu-se o quanto esse assunto é relevante em nosso país.

Iniciaram-se, então, participações em reuniões de grupo de apoio aos pretendentes à adoção, no qual os adotantes relatavam sobre a sua história pessoal, e o quanto eles desejavam ter um filho só seu. A partir dessa pequena experiência com o tema nasceu o desejo de investigar o porquê de existir tantas crianças

esperando para serem adotadas sendo que há tantos pais esperando para adotar.

Aliado a isso, a pesquisa se justifica em função de sua relevância social, pois pode levantar informações que podem ser objeto de intervenções a serem executadas pelos profissionais que trabalham contribuindo na área da adoção. Além de no campo acadêmico trazer informações científicas em relação à realidade social, pois a universidade está constantemente formando profissionais que irão atuar e intervir nessa realidade familiar, que vem a ser a modalidade adotiva. E, ainda, é importante reafirmar a junção da Psicologia e do campo jurídico, trabalhando juntos em busca de uma melhor solução para a situação em que se encontram milhares de crianças, adolescentes e pretendentes que aguardam pela oportunidade de ter seus filhos.

O presente trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo foi denominado “Adoção e Família”. Nele são descritos as formas introdutórias sobre o contexto da adoção no Brasil, as mudanças que vem ocorrendo em relação à temática e como o olhar da sociedade sobre o assunto se constitui na atualidade. Discorre-se sobre o contexto familiar no Brasil e sobre as novas configurações familiares que estão abrangendo a contemporaneidade.

No segundo capítulo, “O Perfil dos Adotantes e o Perfil dos Adotados no Contexto da Adoção no Brasil”, há um aprofundamento a respeito dos perfis dos adotandos e dos adotantes no contexto brasileiro, nele descrevemos como o histórico desses perfis foi elaborado no decorrer dos anos e como os mesmos são compreendidos nos dias de hoje.

No terceiro e último capítulo é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, assim como as análises e discussões provenientes do banco de dados público do Cadastro Nacional de Adoção, em relação ao perfil dos adotantes e o perfil dos adotandos.

Por fim, têm-se as considerações finais onde há uma sintetização dos principais achados e reflexões acerca da temática estudada.

2. ADOÇÃO E FAMÍLIA NO BRASIL

2.1 Contextualizando a adoção no cenário brasileiro e os caminhos percorridos até a atualidade

A adoção existe desde os primórdios dos tempos, sendo que o termo vem do latim, *adoptio*, que significa acolher (FREIRE, 1994). A adoção é vista como um processo de acolhimento da criança no ambiente familiar, de forma irrevogável, cujos pais biológicos não estão presentes por motivo de falecimento, por serem desconhecidos, por não terem vontade ou condições de assumir o desempenho das suas funções, ou até mesmo, por terem sido considerados inaptos pela autoridade competente (CHAVES, 1995). Nessa mesma direção, Ovando e Pinto (2009, p. 02) ressaltam que:

Do ponto de vista jurídico, a respeito da adoção no Brasil, a adoção é vista como um procedimento legal que consiste em transferir todos os direitos e deveres dos pais biológicos a uma família substituta, conferindo à criança ou adolescente adotado todas as condições de filho, tudo isso após serem esgotados todas as tentativas para que a convivência na família original seja mantida.

Conforme os estudos de Kusano (2011), a história da adoção já existe a milhares de anos, surgiu a partir do abandono de crianças, que necessitavam de cuidados maternos, e auxílio para o seu crescimento e desenvolvimento dentro do contexto de sua sociedade, e por outro lado existiam os casais que precisavam de filhos para dar continuidade a sua família e aos seus costumes, riquezas e tradições, porém eram impossibilitados de procriar. Para se ter mais clareza a respeito do tempo em que a adoção está em meio a humanidade, a autora enfatiza que só na trajetória jurídica a adoção se faz presente a mais de dois mil anos, antes prevalecendo os interesses do adotante e na atualidade buscando prevalecer os interesses do adotado.

No que diz respeito à história da adoção no cenário brasileiro, os autores Maux e Dutra (2010) descrevem que a adoção está presente no país desde a época da colonização. Inicialmente foi relacionada à caridade no qual os ricos ajudavam os

pobres, criavam os filhos dos empregados que eram chamados de filhos de criação e ao mesmo tempo prestava ajuda aos necessitados conforme a igreja pregava. A partir dessas atitudes, a prática da adoção começou a ser construída no Brasil.

Weber (2006) trás alguns aspectos relacionados à criação da adoção no país, segundo suas pesquisas, a prática do abandono foi introduzida no Brasil através dos europeus, pois os índios que povoavam nossas terras não deixavam os próprios filhos. Já na época colonial e imperial, os pais começaram a deixar seus filhos nas ruas, em busca de livrar-se dos indesejados. Essas deserções resultaram em inúmeras crianças que precisavam de cuidados e de alguém que as acolhessem, foi quando surgiu a Roda dos Enjeitados. Eram rodas de madeiras fixadas nos muros de instituições abrigos para esperar pelos pequenos abandonados, a criança era colocada de forma anônima, e após colocar a criança na roda o expositor puxava uma corda para avisar que um bebê havia sido deixado ali, o mesmo era retirado e acolhido pelos cuidadores institucionais.

Figura 1- Roda dos Enjeitados



Fonte: www.flickr.com (2016).

Sobre isso, Weber (2006) ainda enfatiza que após a época em que eram usadas as Rodas dos Enjeitados, surgiu a necessidade de serem criadas leis que pudessem melhorar a vida das crianças abandonadas. Destaca-se a Lei de 22 de setembro de 1828, a qual foi a primeira iniciativa legal a respeito da adoção no Brasil e assim várias outras se sucederam. Um século depois, já em 1927 foi criado o primeiro código de menores brasileiro, tendo como um dos seus intuitos, controlar o abandono de crianças e adolescentes no país, sendo que o mesmo passou ao longo dos anos por várias modificações. Paralelo à regulamentação, surgiram também às campanhas que promoviam a adoção e a proteção das crianças e adolescentes abandonados, e por melhorias contínuas nas leis em relação à adoção e os adotados.

A autora ressalta que sempre existiram e existirão mães e pais que por algum motivo distinto não podem ter filhos biológicos e têm o desejo de formar a sua família. Existem também famílias que possuem filhos biológicos, porém sentem a necessidade de entregá-los para a adoção. Foi através disto que a organização social desenvolveu novas maneiras de se constituir uma família que não fosse biológica, com o objetivo inicial de suprir as necessidades de casais inférteis, chamada de adoção clássica, que ainda predomina no Brasil nos dias de hoje. Após alguns anos criaram a adoção moderna, que veio para tentar mudar esses caminhos, tendo como objetivo de garantir em primeiro lugar a segurança das crianças em uma família que a eduque e lhe proporcione amor e carinho (WEBER, 2006).

Os estudos de Weber e Gagno (2003) mostram que essa temática tem tomado diferentes significados ao longo dos anos, essa prática não é atual, e vem sendo praticada a milhares de anos, antigamente a valorização da adoção estava ligada a possibilidade de dar continuidade às famílias que não tinham descendentes. Já na idade média a prática passou a ser vista de forma aproveitadora, pois através da influência da igreja católica os adotantes passaram a temer que os filhos adotados fossem fruto de adultérios. E na idade moderna destacam-se as novas configurações familiares e as novas perspectivas sobre a adoção, a mesma passou

a ter diversos significados os quais vão depender da motivação e da subjetividade de cada adotante.

Nem sempre a adoção priorizava a real necessidade de uma criança ter uma família. A concepção em relação a essa cultura em nosso país tem se modificado, priorizando proporcionar uma família à criança que necessita (DIAS; SILVA; FONSECA, 2008). A adoção deve dedicar-se ao bem-estar da criança, viabilizando o direito desta de ter uma família que a ame e a projeta. Para os autores, a adoção não deve ser tratada como uma forma de resolver problemas sociais, mas sim como um direito de todo indivíduo em ter uma família, seja ela sanguínea ou adotiva.

As relações entre filhos e pais são essenciais para o desenvolvimento psíquico e social da criança. Em pesquisa, Ebrahim (2001) constatou que crianças que crescem sem figuras afetivas ou uma família que possam estabelecer vínculos, tendem a ter mais dificuldades em se desenvolver socialmente do que aqueles quem tem o apoio dos familiares.

No ponto de vista dos autores citados acima, a adoção antes vista como uma forma de ajudar as crianças necessitadas passou a ser vista como uma prática de maneira diferente, hoje ela busca dar à criança e ao adolescente uma nova família que lhes respeite e proteja. A criança precisa de uma família que possa lhe acolher, afinal uma criança abandonada por sua família sanguínea necessita do amparo de uma família substituta.

Voltados para os motivos que norteiam a procura pela adoção no Brasil Valério e Lyra (2010) salientam que as motivações ainda são totalmente voltadas à impossibilidade de possuírem filhos biológicos. Dando continuidade a um olhar voltado completamente para uma forma de suprir a impotência de não poder gerar um filho, ao invés de adotar para amparar uma criança abandonada, entende-se que a valorização da criança e do adolescente em sua integralidade ainda dispõe de muita elaboração para se desenvolver, embora esse aspecto venha mudando ao longo dos anos.

Nessa mesma perspectiva Levizon (2004) afirma que além da maioria das motivações serem a respeito de não poder gerar um filho biológico, outros tipos de motivações também surgiram em suas pesquisas, os adotantes afirmaram que desejam adotar para preencher o vazio, ou querem a companhia de um filho único,

ou porque querem escolher o sexo de seu próximo filho, ou pela perda de um filho biológico, ou porque passaram da idade de gerar um filho, entre outros. Ainda sobre as motivações para adotar, os autores Ovando e Pinto (2009, p. 03) alertam que deve existir cautela em relação aos pais que pretendem adotar para substituir um vazio deixado de alguma forma pela falta de um filho biológico.

A adoção não pode ser vista como uma solução para quem não pode ter filhos. Primeiramente as pessoas impossibilitadas de gerar precisam superar traumas e frustrações que envolvem todo o processo da esterilidade. Vencida esta etapa, a adoção pode ser encarada como uma complementação e não como uma resolução, que poderia provocar possíveis e prováveis desilusões.

Dessa forma, acredita-se que a relação entre adotante e adotado fluirá com mais naturalidade e de forma saudável, sem que a criança fique exposta a receios existentes nos desejos do passado de seus novos pais relacionados ao filho que não puderam gerar.

2.2 Uma breve colocação a respeito dos transmitos para Adotar no Brasil

De acordo com o ECA a habilitação para adoção passa por um processo no qual cabe avaliar se o indivíduo está apto a acolher uma criança ou adolescente sob seus cuidados. A justiça tem por obrigação manter instituições que devem verificar e declarar a situação dos pretendentes que desejam adotar e das crianças e adolescentes que estão aguardando para serem adotadas.

Art. 50º A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção, § 1º O deferimento da inscrição dar-se-á após prévia consulta aos órgãos técnicos do juizado, ouvido o Ministério Público. § 2º Não será deferida a inscrição se o interessado não satisfizer os requisitos legais, ou verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 29 (BRASIL, 2012, p.80).

O processo de habilitação à adoção ocorre a partir do atendimento a um conjunto de exigências do ponto de vista jurídico e biopsicossocial em relação aos pretendentes (VALÉRIO; LYRA, 2014, p. 12). A busca por informações sobre os pretendentes tenta promover a segurança das crianças e adolescente que estão na fila da adoção, afinal é preciso mantê-las seguras em relação ao seu novo âmbito familiar.

É necessário que o adotante e o adotado passem por um estágio de convivência de acordo com o tempo estipulado pelo juiz (FERREIRA, 2010). Este tempo de convivência vai servir para identificar se eles estão conseguindo caminhar para uma relação íntegra, alcançando competências amorosas, social e ética, esse tempo não será necessário em alguns casos excepcionais:

O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo. No caso de famílias que moram fora do país, o estágio de convivência tem que ser em território nacional, e de no mínimo 30 dias. O estágio de convivência será acompanhado por uma equipe interdisciplinar a serviço da justiça da infância e da juventude (BRASIL, 1990, p. 32).

Em relação à criança ou adolescente que estejam aptos a serem adotados, são necessários esclarecimentos sobre a real situação em que eles se encontram, pois a criança que aguarda para ser adotada deve ter sido destituída do poder familiar, por algum motivo considerado pertinente. Diante disto, é necessário considerar a opinião do adotado em relação a sua própria adoção, respeitando o desejo dessa criança ou adolescente que é inserida nos caminhos da adoção (BRASIL, 2012).

Diante disso, pode-se afirmar que a história da adoção no Brasil, incluindo as questões legais, vem passando por muitas transformações que estão proporcionando melhorias. A adoção sempre existiu, porém foi com o passar do tempo que as autoridades perceberam a sua devida importância e que certas decisões deviam ser tomadas a seu respeito, foi quando se iniciou a criação de leis que defendem o direito dos adotados e dos adotantes, as casas de apoio para abrigar as crianças e os adolescentes abandonados ou retirados de suas famílias biológicas, e procedimentos que fizeram com que a sociedade começasse a mudar o olhar em relação aos adotados que antes eram vistos de forma preconceituosa.

Um exemplo disso foi a menção do ECA sobre a defesa dos direitos dos adotados como filho legítimo, que deve ter acesso aos mesmos direitos de um filho biológico. A partir da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, a adoção passou a ter mais garantia e consolidação em relação aos candidatos e as crianças e adolescentes que estão aguardando para serem adotados (FERREIRA, 2010).

2.3 Definições de família brasileira e a sua evolução histórica

Quando se fala em adoção é indispensável falar sobre o contexto familiar brasileiro, pois em geral, a formação da família é o motivo pelo qual os pais buscam adotar, pois sentem o desejo de constituir a sua própria família. Brazelton (1991) define a família como uma maneira de se constituir um grupo de pessoas, as quais possuem vínculos afetivos ou sanguíneos, estando elas sujeitas a passar por grandes desafios, isso significa que esses indivíduos terão que fazer ajustes para administrar esse grupo familiar. Para Machado (2005), família é um grupo constituído por pais e filhos, podendo ser formada também de forma mais ampla, por outros tipos de parentescos ou agregados.

De acordo com a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) a responsabilidade principal de uma família é proteger e alimentar a criança e o adolescente, promover a inserção da criança na cultura, valores e normas da sociedade em que vivem e proporcionar amor e carinho (KALOUSTIAN, 2005). Segundo o ECA no seu artigo 4º,

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e poder público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação à vida, à alimentação, à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2012, p.19).

A família tem seu papel específico na sociedade, é dever dela cumprir suas obrigações em relação aos seus filhos, sejam eles adotados ou biológicos. O ECA trouxe avanços significativos para a defesa dos direitos da criança e adolescente em meio ao âmbito familiar, no qual a família deve promover recursos que assegure essas crianças a adquirirem os seus direitos (BRASIL, 2012).

A família é considerada uma das primeiras instituições responsáveis pelo desenvolvimento social de seus membros, o papel da família vem se modificando através das mudanças na subjetividade dos sujeitos da contemporaneidade, formando novos modelos de família de acordo com Baptista, Cardoso e Gomes (2012).

As autoras Zanetti e Gomes (2009) dividem os formatos familiares em três partes, sendo a primeira a família tradicional, a segunda a família moderna e a terceira a família pós-moderna.

A primeira que seria a família tradicional repleta de segurança e papéis bem definidos, onde o maior compromisso era os arranjos patrimoniais, os casamentos eram organizados pelos pais dos noivos; e um modelo de família que era submetida a autoridade patriarcal. Os filhos não tinham muito espaço na família, a educação era muito rígida e os pais não oferecia muita dedicação a eles.

A segunda é nominada como moderna, que valorizava o amor romântico e os sentimentos dos desejos sexuais por meio do patrimônio. Fases que começou a valorização da prole, dando mais valor à maternidade e educação dos filhos.

E por fim, a terceira e atual pós-moderna, onde cada indivíduo se sente autônomo e assume papéis diversificados, porém buscam por relações íntimas. Essa família é constituída por dois indivíduos que buscam pelo prazer sexual, tratando a sua relação como uma relação sem hierarquia, na qual cada indivíduo se torna autônomo e não tem seus papéis definidos. A mulher começa a perder seu papel como mãe e esposa, iniciando assim uma mudança no contexto familiar, no qual o homem entra em crise por não ter mais suas funções definidas. Em meio a essa nova configuração os filhos também são criados como sujeitos autônomos, no qual desde cedo inicia uma vida de adultos, não identificando ao certo o papel de mãe e de pai (ZANETTI; GOMES, 2009).

Com o passar dos anos as famílias foram se modificando, mudanças de expectativas em relação a essas novas configurações surgiram e algumas transformações sofridas ao longo do tempo podem ser apontadas. Na década de 50, a família era composta por marido, esposa e filhos, e viviam de maneira tradicional. Nas décadas de 60 e 70, os casamentos foram se enfraquecendo, surgindo então os divórcios, as separações, os recasamentos e os filhos já não eram mais somente os biológicos. Na década de 90, as famílias clássicas já não faziam mais parte do tradicional, surgem novas estruturas e os vínculos são transitórios (SILVA, 2012).

Para Ceccarelli (2007) as mudanças sociais na forma de perceber o masculino e o feminino estão causando grandes transformações na configuração das famílias. Os movimentos feministas, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a criação da pílula anticoncepcional deram à mulher mais independência e direito de escolha, que proporcionaram a ela mais liberdade e a retiraram da obrigação de se manter em um casamento que não deseja. Essas revoluções

causaram desconforto no papel masculino, através delas os homens da atualidade passaram a assumir nossas responsabilidades, como os serviços domésticos e cuidar dos filhos, contribuindo assim para a existência de novos valores, que levaram à crise de identidade masculina.

Os estudos de Ferrari e Kaloustian (2005), consideram que a família brasileira permanece tolerante e ainda divide as suas responsabilidades em busca da sobrevivência, igualdade, e respeito aos direitos humanos.

A família é um espaço indispensável para a sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma comovem se estruturando (FERRARI; KALOUSTIAN, 2005, p.12).

Considerando às mudanças que vem ocorrendo em relação às novas configurações familiares podemos afirmar que essas transformações estão atingindo também o contexto da adoção. Frente a essas novas maneiras de se constituir uma família os pretendentes a adoção estão com um novo olhar em relação à escolha de como, onde, quando e quem adotar. Podemos perceber que na atualidade a adoção que também é um meio de constituição familiar, está se estabelecendo de novas maneiras, hoje pessoas solteiras, casais heteros, casais homossexuais e casais com filhos biológicos, estão procurando pela adoção, demonstrando assim que as famílias por adoção estão inseridas nesses novos formatos familiares.

3. PERFIL DOS ADOTANTES E DOS ADOTADOS NO CONTEXTO DA ADOÇÃO NO BRASIL

Ao falar sobre o perfil dos adotantes e dos adotados no Brasil, faremos algumas reflexões de como esses são vistos pela sociedade brasileira no decorrer dos anos, e como essa visão social está presente na atualidade.

3.1 O histórico dos adotantes no Brasil

Valério e Lyra (2014), em suas pesquisas sobre a prática da adoção no Brasil, identificaram que o adotante sempre foi o personagem principal em meio a adoção, desde o início a preocupação maior em relação ao contexto de adoção era o de dar filhos para os pais que buscavam constituir uma família. Porém no decorrer dos anos

esse pensamento vem sendo desconstruído, na atualidade o contexto da adoção não dá mais ênfase aos pretendentes e sim tem uma maior preocupação com o bem-estar das crianças e adolescentes que estão inseridos nesse meio.

Para Schettini, Amazonas e Dias (2006), os pretendentes buscam pela adoção para amenizar dois tipos de sofrimento, que são a perda dos laços primários da criança e a esterilidade biológica, buscando assim um afago na adoção, no qual os pais buscam pelo direito de poder exercer a paternidade e a maternidade e ao mesmo tempo inserir essa criança ou adolescente em uma nova família e um ambiente satisfatório.

Os autores ainda enfatizam que os pretendentes em suas várias motivações, a que mais se sobressai é a vontade de reparar o transtorno de não poderem ter concebido um filho de maneira natural, porém é necessário que o casal tome algumas precauções em relação a essa escolha (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006).

Os dois devem estar com as mesmas perspectivas em relação ao novo filho e as novas mudanças que irão ocorrer em suas vidas, todo cuidado é pouco quando se trata de acolher um filho, pois não deve ser depositado no mesmo os traumas que os pais carregam em relação a impossibilidade de gerar um filho (Ibid).

A busca pela adoção de uma criança sempre envolve o desejo de usufruir e almejar um futuro em família. O ser humano em meio às muitas características, uma delas é o desejo de procriar, e constituir uma família, em busca de realização. O filho dá sentido ao casal, proporcionando o equilíbrio que eles necessitam, e quando esse filho não é gerado biologicamente, busca-se gera-lo no coração (LEVINZON, 2004).

De acordo com as considerações acima, entendemos que a adoção está envolvida integralmente pelos desejos de se constituir uma família, seja ela construída por casais heterossexuais, casais homoafetivos ou solteiros, não importa o tipo de configuração familiar, todos estão em busca de receber um filho no qual poderão se dedicar a cuidar, educar, alimentar, dar amor e carinho e compartilhar desse sonho. Esse filho possibilitará a esses pais a conquista pelo equilíbrio que esses necessitam, dando assim sentido a sua família.

Em relação aos preparativos para a adoção de um filho Weber (1998) direcionam-se a uma reflexão sobre as próprias motivações, riscos, expectativas,

desejos e medos. Preparar-se para ter um filho significa, de maneira muito resumida, tomar consciência dos limites e possibilidades de si mesmo, dos outros e do mundo, esse preparo não diz respeito apenas ao momento que antecede a chegada desse filho, deve ser uma dinâmica contínua, que possibilitem novas mudanças, construções e reconstruções que vão desde os sentimentos até os códigos sociais de ética em busca de constituir uma família. Para o adotante um fator bastante fundamental em relação a realização do seu desejo de adotar seria a análise do indivíduo como um todo, pois é importante está preparado nas suas competências biopsicossocial (WEBER, 1997; MAUX; DUTRA, 2009).

Nos dias de hoje, a lei permite que o sujeito sendo ele do sexo masculino ou feminino, solteiro, casado, divorciado ou em união estável, maior de 18 anos e com 16 anos a mais que o adotado, possa adotar. Cada caso é acompanhado de forma individual e específica, observando sempre se os pretendentes a adoção estão dentro dos parâmetros que a lei entende como necessários para ser um bom adotante, considerando como informação relevante a motivação para a adoção (BRASIL, 1990; FERREIRA, 2010).

A história do papel do adotante no Brasil sempre foi vista como pais que desejam ter filhos e não podem, e por isso decidem recorrer por adotar uma criança. O olhar frente a esse novo filho ainda passa por uma transformação cultura, antes essa criança era adotada para satisfazer os sonhos dos pais, hoje essa criança é adotada para complementar a família de quem adota. Desta forma, os pais veem esse filho como um indivíduo que vai realizar o seu grande desejo de sentir o que é a paternidade e a maternidade de forma íntegra, podendo assim retribuir para o filho toda a gratidão que sentem.

3.2 Mudanças no contexto histórico do adotado no Brasil

Na antiguidade os adotados serviam para ocupar o vazio deixado por algo que não era possível de ser conquistado pelo adotante. Os filhos adotados eram tratados de forma inferior aos filhos biológicos, ou igualados aos empregados, trazendo para si um olhar defasado (MAUX; DUTRA, 2010).

O histórico da adoção não era favorável para a criança e o adolescente, desde quando se iniciaram os estudos a respeito dessa temática, os adotantes

aparecem na maioria das vezes como a parte mais importante do processo. Esse contexto histórico contribuiu para que essa forma de afiliação fosse vista de maneira preconceituosa e repleta de mitos, os quais colaboraram para que a sociedade tivesse uma visão distorcida em relação à adoção, como se a mesma fosse motivo de humilhação e desprezo. Entretanto, culturalmente o preconceito a respeito da adoção está se diluindo e as perspectivas estão tomando novos caminhos (WEBER, 2001).

De acordo com as considerações citadas acima, deixa-se claro o quanto os adotados eram desfavorecidos no contexto da adoção, aqueles que adotavam essas crianças e adolescentes na maioria das vezes tinham a concepção de estarem prestando um favor a elas, e por isso as tratavam com desprezo. Diante desse histórico, leis foram criadas em prol de melhorias para a vida dessas crianças e adolescentes.

A lei que protege as crianças e adolescentes na atualidade é a lei 12.010/2009, a mesma busca amparar o indivíduo que está esperando pra receber uma nova família, procurando diminuir o tempo de permanência dos mesmos em casas de amparo a partir de medidas que ajudem a acelerar o processo de adoção, afinal o adotado vem de um contexto bastante traumático. Esses menores já carregam em sua bagagem as marcas de terem sido abandonados, abusados fisicamente ou moralmente ou retirados no âmbito familiar, e às vezes são deixados em instituições que fazem o papel de seu novo lar, sendo assim obrigados a se adaptarem a essa nova realidade (SASSON; SUZUKI, 2012).

O Estatuto da Criança e do Adolescente regido pela Lei 12.010/2009, o qual promove as crianças e adolescentes direitos que contribuem para que os direitos e deveres dos mesmos sejam garantidos. Também é descrito nesse estatuto que o filho adotado tem direitos iguais a de um filho biológico, essa atitude foi estabelecida para mudar esse olhar de descaso e preconceito em relação à criança ou adolescente adotado de acordo com o Art. 41º,

a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais. § 1º Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes. § 2º É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o

adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária (BRASIL, 1990, p. 26).

De acordo com as considerações de Freire (1994) estamos vivendo na em uma sociedade pós-moderna, que revela que os números em relação às crianças abandonadas estão aumentando, o ECA é considerado uma das formas de garantir o direito dos mesmos e a sua reinserção em um contexto familiar, a qual é considerada uma das alternativas de recompor a realidade social, psicológica e econômica dos mesmos. Maldonado (2001) também percebe a adoção como uma nova maneira de devolver ao menor o sentido da vida, fazendo com que essa criança e adolescente tente deixar no passado a solidão e a angústia, e tenham a chance de um recomeço.

Os motivos para que uma criança ou um adolescente sejam colocados nos caminhos da adoção são muitos. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, se a criança for órfã, se os pais estiverem desaparecidos, ou a criança for retirada da presença da família, e todas as tentativas de retorno à presença da família estiverem sido esgotadas segundo o Art. 45 (BRASIL, 1990).

As crianças que são entregues para o caminho da adoção já passaram e ainda estão passando por mudanças em relação ao seu histórico neste contexto, a sociedade está mudando aos poucos seu olhar em relação aos adotados. Hoje em dia as crianças e adolescentes adotadas são aceitas e recebidas de forma mais natural pelas famílias, embora ainda existam muitos desafios que devem ser superados.

4. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa aplicada, de natureza quantitativa, com objetivo metodológico exploratório e descritivo. Os procedimentos utilizados foram à revisão bibliográfica e, em seguida, pesquisa documental com a análise dos relatórios estatísticos do CNA referentes ao mês de março de 2016.

Quanto à finalidade metodológica se caracteriza como uma pesquisa aplicada, esse tipo de pesquisa de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p.35), objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, pois envolve verdades e interesses locais.

A pesquisa quantitativa de acordo com GOLDENBERG (1999) vem traduzir em números as opiniões e informações para classificá-los e organizá-los e utiliza-se de métodos estatísticos, o que foi feito na presente pesquisa, comparando quais perfis prevalecem na escolha dos adotantes a respeito da criança a ser adotada.

Em relação ao objetivo metodológico, a presente pesquisa apresenta-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. De acordo com GIL (1991), a pesquisa exploratória faz o pesquisador conhecer o problema de forma mais profunda, para assim torná-lo mais claro. A pesquisa descritiva, é aquela o próprio nome já pré-estabeleceu, descreve as características de uma determinada amostra populacional. Neste caso, esta pesquisa descreveu os relatórios de dados estatísticos do CNA.

A adoção foi analisada desde um aprofundamento bibliográfico em livros e artigos científicos, relacionando ao perfil dos pretendentes a pais adotivos e o perfil da criança adotiva. Para que assim fossem levantados aspectos que esclarecessem como as novas configurações familiares podem influenciar nesse perfil. Por isso um dos procedimentos utilizados nessa pesquisa foi a revisão bibliográfica. Sobre isto, GIL (1991) conceitua da seguinte forma: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Também foi utilizado o procedimento de pesquisa documental, tendo sido objeto de estudo, os relatórios de dados estatísticos no Cadastro Nacional de Adoção, totalizando três relatórios: o primeiro relacionado às crianças e adolescentes aptos à adoção e cadastrados; o segundo sobre as crianças

cadastradas no Tocantins; e o terceiro e último sobre os pretendentes cadastrados. Todos os relatórios são referentes aos cadastros feitos até o mês de fevereiro de 2016 e são informações disponíveis ao público em geral.

A pesquisa não foi submetida à aprovação do Comitê de Ética e também não foi cadastrado na Plataforma Brasil pelo fato dos dados pesquisados serem de acesso público, ou seja, qualquer sujeito tem direito a acessar essas informações, de forma que não há necessidade de submissão ética nesses casos.

A pesquisa foi realizada no dia 29 de fevereiro de 2016 no site do Cadastro Nacional de Adoção. Não foram determinados critérios de exclusão e inclusão, visto que todos os relatórios disponíveis no site foram estudados na presente pesquisa.

Os dados foram analisados através da análise de conteúdo que segundo Bardin (1979) é uma técnica de pesquisa que contém determinadas características metodológicas. Ela apresenta várias técnicas de análise de comunicação que visam obter conhecimentos relativos às condições de produção e percepção das mensagens.

O resultado da pesquisa está sendo comunicado por meio da elaboração do trabalho de conclusão de curso e avaliado por uma banca examinadora. Após a aprovação, será fornecida uma via para a biblioteca do Centro Universitário Luterano de Palmas/Universidade Luterana do Brasil (CEULP/ULBRA).

A presente pesquisa trará benefícios tanto para os profissionais envolvidos com os processos de adoção, como àqueles indivíduos que pretendem adotar, pois um estudo que envolve a identificação dos perfis de quem pretende adotar e das crianças que estão aguardando para serem adotadas, facilitando a resolução de problemáticas que envolvem a espera pela concretização da adoção. Além disso, pode instrumentalizar a equipe que realiza tal trabalho, para agir num acolhimento frente o perfil desejado pelos candidatos a pais adotivos. A partir do momento em que se trabalham outros aspectos em relação à criança e adolescente com os pretendes a pais adotivos, pode-se romper preconceitos e mitos que permeiam a prática da adoção, facilitando assim a adoção de crianças que fogem daquele perfil comumente desejado.

Este projeto terá como desfecho o conhecimento da relação existente entre e o perfil dos adotantes e o perfil dos adotados, e como esses perfis se relacionam

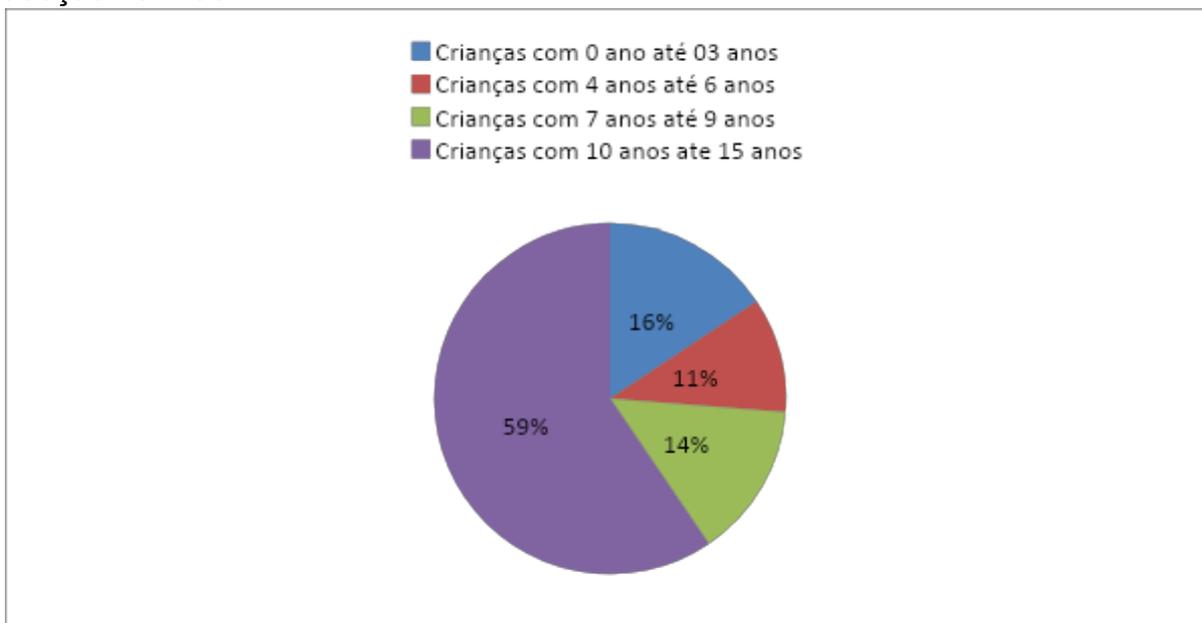
com as configurações familiares da contemporaneidade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos adotantes e dos adotados no Brasil passou por muitas transformações até alcançar as melhorias que se fazem presente na atualidade. Nos dias de hoje a criança e adolescente não são mais desvalorizadas pela sociedade e já têm seu espaço e direitos respeitados regidos por lei. O adotante não é mais visto como o protagonista no contexto da adoção, atualmente os pais que adotam são vistos como pessoas que querem constituir uma família através desse recurso.

Apresentamos as seguintes informações referentes às crianças, adolescentes e os pretendentes a adoções disponíveis no CNA do mês de março de 2016.

Gráfico 1 - Distribuição por idade das crianças e adolescentes disponíveis para a adoção no Brasil



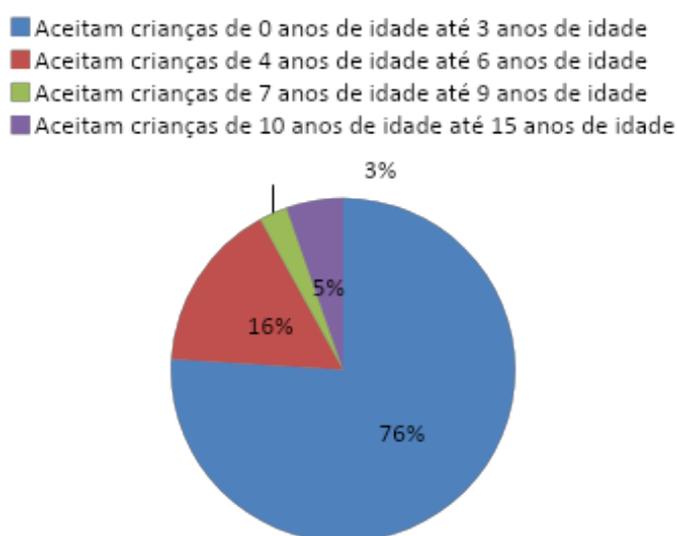
Fonte: CNA, 2016

O gráfico 1, apresenta a distribuição das idades dos adotandos que estão disponíveis para adoção no CNA, o maior número de crianças e adolescentes disponíveis para adoção são as de 10 a 15 anos de idade que somam 59%, as de 0

a 3 anos de idade vem logo em seguida com 16%, as de 7 a 9 anos com 14% e por fim as de 4 a 6 anos com 11%.

Os resultados mostram que as crianças maiores de dez anos de idade são a maioria em relação ao número de crianças disponíveis somando 59%, isso significa que as crianças maiores de dez anos permanecem por maior tempo na fila de espera para adoção, pois 59% são mais que a metade do total de crianças cadastradas no CNA. A preferência por crianças com idades menores ainda está presente no contexto da adoção atual, causando assim a problemática da estagnação da adoção das crianças mais velhas, assim como é descrito por Dias, Silva e Fonseca (2008) os autores enfatizam que existem pais que querem adotar, porém não valorizam as crianças e adolescentes da forma que elas são.

Gráfico 2 - Pretendentes que desejam adotar por faixa etária



Fonte: CNA, 2016

O gráfico 2, apresenta o número de pretendentes que escolheram a opção de especificar a idade que desejam adotar. 76% deseja adotar crianças de no máximo três anos de idade, 16% optaram por adotar crianças de quatro a seis anos de idade, 5% aceitam crianças e adolescente de 10 a 15 anos de idade e 3% desejam adotar crianças de sete a nove anos.

Observa-se que a maioria dos pretendentes quer adotar crianças de até três anos, pois os resultados mostram que essas preferências somam 76%, essa escolha

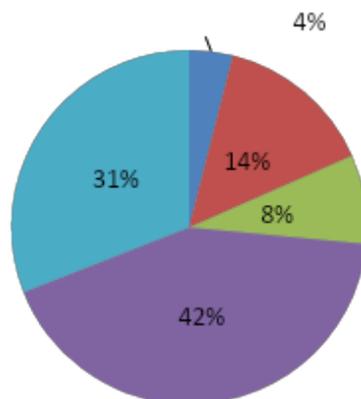
surge através da idealização do filho, os pais acreditam que se a criança for bebê a convivência, a educação, a aceitação da família e a facilidade de adaptação será melhor, segundo a maioria das motivações para a adoção ainda é a idealização do filho não gerado biologicamente (VALÉRIO; LYRA, 2010).

Comparando o gráfico 1 que apresenta 59% das crianças disponíveis são maiores que dez anos com o gráfico 2 que mostra que 76% dos pretendentes desejam adotar crianças de 0 a 3 anos nos revela que existe a criança idealizada pelos pretendentes, que seria o bebê, porém, a criança real que é a que está disponível para a adoção é bem diferente. Esse é um dos fatores que apontam a lentidão no processo da adoção, crianças com mais de dez anos possuem maiores dificuldades de serem adotadas pelo fato de já serem mais velhas e ainda mantêm as lembranças de outra família, traumas, medos e questionamentos, segundo Levizon (2004) esse filho ainda é desejado de forma a suprir o vazio deixado pelo fantasiar do filho biológico.

Porém, por outro lado percebemos que as crianças de todas as idades dispõem de chances de serem adotadas, isso vem mudando na história da adoção brasileira, anos atrás somente crianças recém-nascidas eram adotadas segundo Kusano (2011). Weber e Gagno (2003) confirmam que na atualidade os caminhos da adoção estão tomando novas direções, os pretendentes estão aceitando adotar crianças de perfis variados. A maioria ainda tem preferência pela adoção de bebê, mas a quantidade de pretendentes que também aceitam crianças maiores aumentou em relação há anos atrás que praticamente todos os pretendentes só aceitavam adotar recém-nascidos.

Gráfico 3 - Crianças e adolescentes disponíveis por regiões no Brasil para adoção

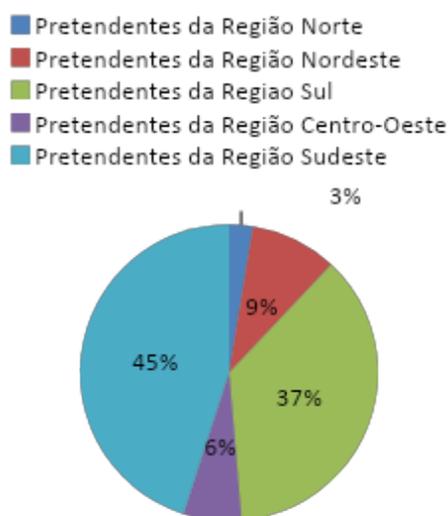
■ Crianças/adolescentes que são da Região Norte:
■ Crianças/adolescentes que são da Região Nordeste:
■ Crianças/adolescentes que são da Região Centro-Oeste:
■ Crianças/adolescentes que são da Região Sudeste
■ Crianças/adolescentes que são da Região Sul



Fonte: CNA, 2016

O gráfico 3, apresenta a distribuição de crianças e adolescentes por região, sendo 42% da região Sudeste, 31% da região Sul, 14% na região Nordeste, 8% da região Centro-Oeste, 4% da região Norte. A maior concentração de crianças e adolescentes para serem adotadas está na região Sudeste, isso pode significar que nessa região a criança real é bem diferente da criança idealizada pelos pretendentes, tornando a adoção lenta e resultando em uma maior permanência das crianças nas filas de adoção, isso mostra mais uma vez que os pretendentes a adoção ainda continuam a sonhar com um filho inexistente de acordo com Valério e Lyra (2010).

Gráfico 4 - Pretendentes a adotar disponíveis por regiões no Brasil



Fonte: CNA, 2016

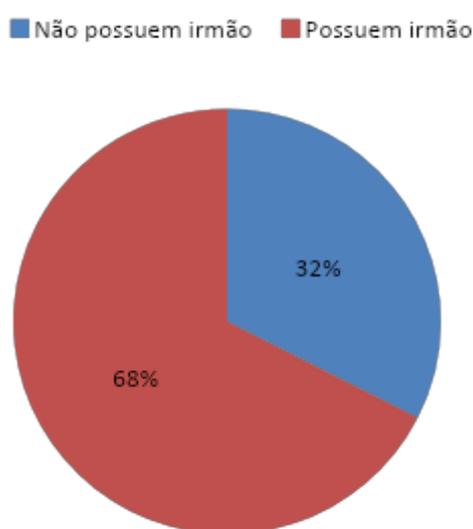
O gráfico 4, apresenta a distribuição dos pretendentes a adoção por regiões do Brasil, o maior número de pretendentes está presente na região Sudeste com 45%, em seguida a região Sul com 37%, a região Nordeste com 9%, a região Centro-Oeste com 6% e por fim e com o menor número de pretendentes a região Norte com 3%. A região que possui a maior concentração de pretendentes é o Sudeste, entende-se que esses pretendentes têm preferência por um perfil bem específico de criança que desejam adotar, e provavelmente essa criança idealizada é bem diferente da criança real que está disponível para ser adotada.

Essa idealização do perfil do filho pelos pretendentes é reflexo da motivação que os leva a procurarem a adoção, muitas vezes querem adotar para suprir a dor da perda de um filho ou porque não conseguem gerar um filho, segundo Schettini, Amazonas e Dias (2006).

Comparando o gráfico 4 com o gráfico 3 percebe-se que o Sudeste tem o maior número de adotando e de pretendente, ou seja, a distribuição está proporcional na região em relação ao número de pretendentes, crianças e adolescentes cadastrados no CNA. Porém, as adoções não estão acontecendo, isso pode estar ocorrendo pelo fato das crianças que estão disponíveis serem diferentes das crianças que os pretendentes desejam adotar, isso causa a estagnação da adoção.

Identifica-se que a lentidão da adoção está bem relacionada ao fato de os pretendentes não aceitarem as crianças que estão disponíveis no CNA, dessa forma o processo de adoção não é iniciada se tornando demorada por causa da escolha do pretendente em relação ao adotando e não somente nos tramites da justiça, segundo os autores Schettini, Amazonas e Dias (2006) a maiorias das motivações ainda são voltadas a não geração do filho biológico, isso leva esses pais a endeusar o seu futuro filho, assim eles criam um perfil traçado para escolher um adotando.

Gráfico 5 - Irmãos disponíveis para adoção

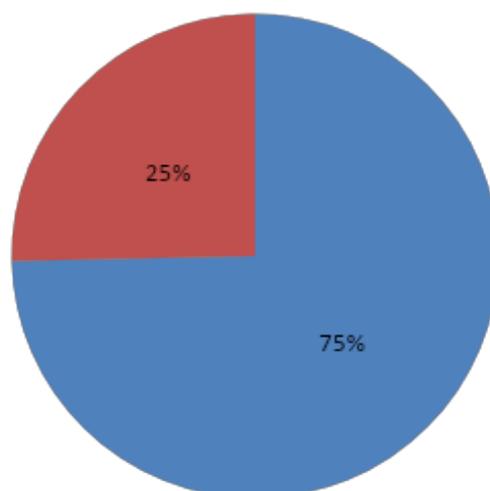


Fonte: CNA, 2016

O gráfico 5, mostra a quantidade de crianças e adolescentes cadastradas no CNA que possuem irmãos. 68% possuem irmãos e 32% não possuem irmãos, o número de irmãos disponíveis para adoção é alto se comparado aos que não possuem irmão. Isso indica que a maioria das crianças disponíveis possuem irmãos, e esse pode ser o motivo pelo qual elas permanecem por muito tempo a espera de pais que os adotem, entende-se que esses pais ainda estão priorizando idealização do filho que desejam adotar segundo Schettini, Amazonas e Dias (2006), sendo assim eles priorizam um perfil fantasioso que não se encaixa ao perfil real da criança que existe na fila de espera para adoção.

Gráfico 6 - Pretendentes que desejam ou não adotar irmãos

■ Não aceitam adotar irmãos: ■ Aceitam adotar irmãos



Fonte: CNA, 2016

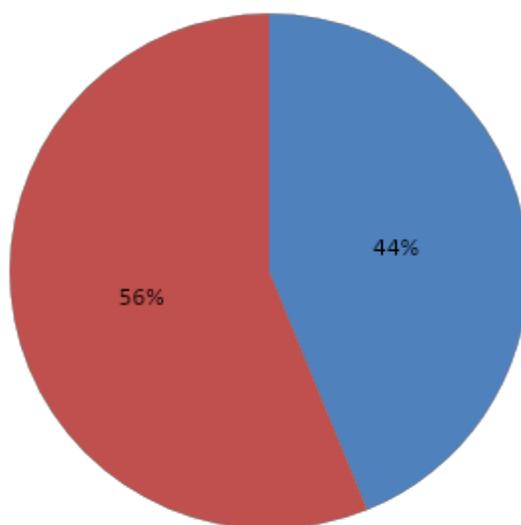
O gráfico 6, mostra que 75% dos pretendentes não aceitam adotar irmãos e 25% aceitam adotar irmãos, a grande maioria dos pretendentes desejam adotar apenas uma criança.

Comparando o gráfico 6 com o gráfico anterior o 5, percebe-se que a quantidade de pretendente que aceita adotar irmãos não corresponde ou número disponível para adoção, isso gera a problemática da lentidão da adoção, os 68% que possuem irmãos teriam que casar com os 25% dos pretendentes que aceitam adotar irmãos, ou seja, isso não é possível.

Esses resultados também podem indicar que o perfil que os pretendentes desejam já está começando a ficar mais variado, pois 25% já aceitam adotar irmãos, isso demonstra que as motivações em processo de mudança, a adoção ainda passa por uma desconstrução e reconstrução do significado da motivação, isso está gerando uma valorização da criança e do adolescente que estão envolvidos nos caminhos da adoção como confirmam (MAUX; DUTRA, 2009).

Gráfico 7 - Crianças e adolescentes por gêneros disponíveis para adoção no Brasil

■ Crianças do sexo feminino ■ Crianças do sexo masculino



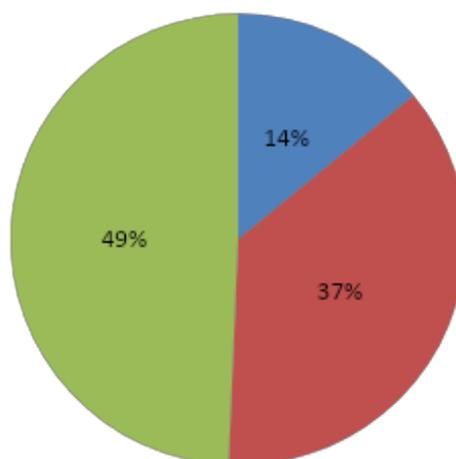
Fonte: CNA, 2016

O gráfico 7 apresenta a distribuição por gênero das crianças e adolescentes disponíveis no CNA, 56% são do sexo masculino e 44% do sexo feminino. Percebemos que a maioria é do sexo masculino, isso significa que os meninos estão permanecendo por mais tempo na fila de espera da adoção, ou seja, a preferência que predomina dos pretendentes ainda é pelo sexo feminino.

Esses resultados demonstram também a mudança em relação à preferência por pelo sexo da criança, a quantidade de meninas é de 44% e de meninos de 56%, observa-se que esses números estão um tanto aproximados, isso significa que os pretendentes estão adotando ambos os sexos, comparando essa situação com a de anos atrás se percebe a evolução desse aspecto, antes somente meninas eram desejadas para serem adotadas, e os 90% que permaneciam na lista de espera eram meninos, isso significa que os significados de adoção estão realmente mudando, outras prioridades estão começando a aparecer, como a valorização das crianças que necessitam de uma família para acolheras e a valorização da constituição da sua própria família segundo Dias, Silva e Fonseca (2008).

Gráfico 8 - Pretendentes que desejam adotar por sexo

■ Desejam adotar somente crianças do sexo masculino
■ Desejam adotar somente crianças do sexo feminino
■ Indiferentes em relação ao sexo



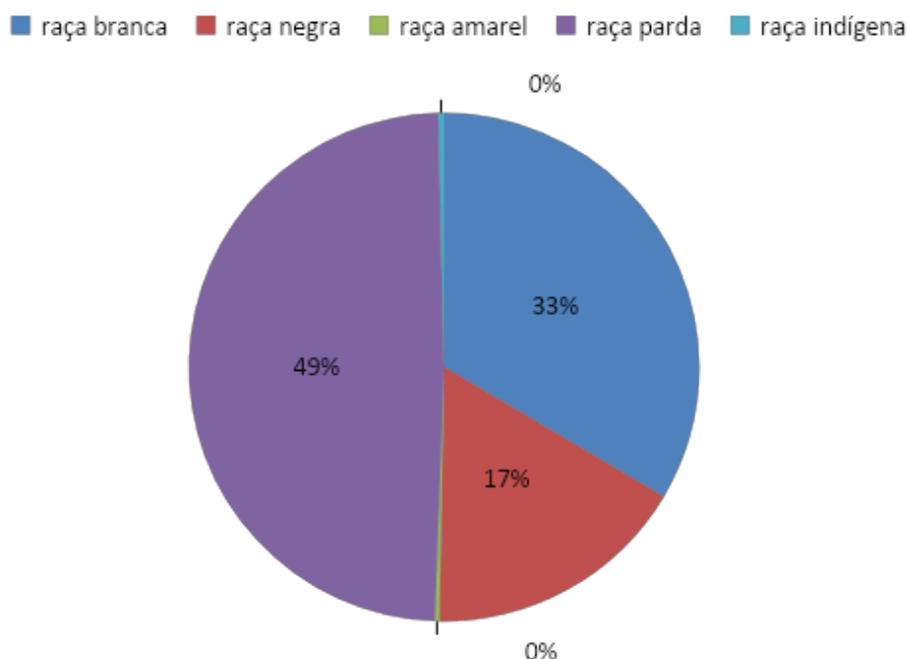
Fonte: CNA, 2016

O gráfico 8 apresenta a distribuição da opção de sexo que os pretendentes desejam adotar. 49% se colocam como indiferentes em relação ao sexo da criança ou adolescente que querem adotar, 37% desejam adotar meninas e 14% desejam adotar meninos. Percebemos que 49% dos pretendentes são indiferentes em relação ao sexo da criança que desejam adotar, isso soma a maioria dos pretendentes, isso revela uma grande mudança em relação a adoção, hoje em dia os pais estão preocupados com outros aspectos e não estão se importando com o sexo da criança que será seu futuro filho, comparando esse resultado com a adoção a anos atrás percebemos a diferença, antes somente meninas eram desejadas para serem adotadas segundo Weber (1997) e Maux E Dutra (2009).

Comparando o gráfico 8 com o gráfico 7 observa-se que a maioria das crianças e adolescentes disponíveis para adoção é do sexo masculino e a quantidade de pretendentes que são indiferentes ao sexo também são maioria. As informações apontam mudanças em relação à escolha do sexo, antes a maioria dos pretendentes optava por adotar crianças do sexo feminino, já na atualidade os meninos têm a mesma oportunidade que as meninas de serem adotados. Isso significa que esses adotandos estão realmente sendo mais valorizados pela

sociedade, essas crianças e adolescentes não são mais usadas como um objeto que se pode escolher o tamanho a cor e a forma, mas sim recebem essa criança como um filho integro independente de sua forma física conforme Weber (2001) aponta em suas pesquisas.

Gráfico 9 - Crianças e Adolescentes disponíveis para adoção no Brasil por raça

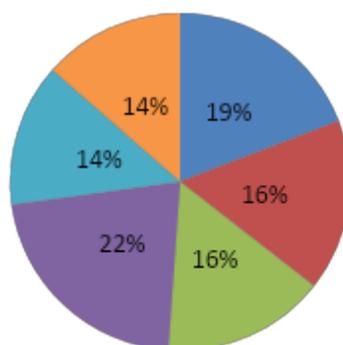
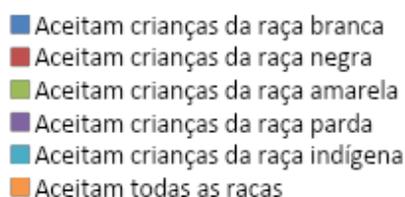


Fonte: CNA, 2016

O gráfico 9 apresenta a porcentagem da raça das crianças e adolescentes disponíveis no CNA. 49% são da raça parda, 34% são da raça branca, 17% da raça preta e 0% da raça amarela e raça indígena. A raça parda é a maioria entre as raças disponíveis. Observa-se que 49% a maioria das crianças disponíveis são da raça parda.

Isso significa que a escolha pela raça já não predomina mais, antes apenas as crianças pardas e brancas eram escolhidas para serem adotadas. Esse resultado demonstra mais uma vez que as motivações para a adoção, a valorização da criança e a constituição da família estão sendo mais valorizadas que a busca pelo filho idealizado como afirma Weber (2001).

Gráfico 10 - Pretendentes que aceitam adotar crianças e adolescentes por raça



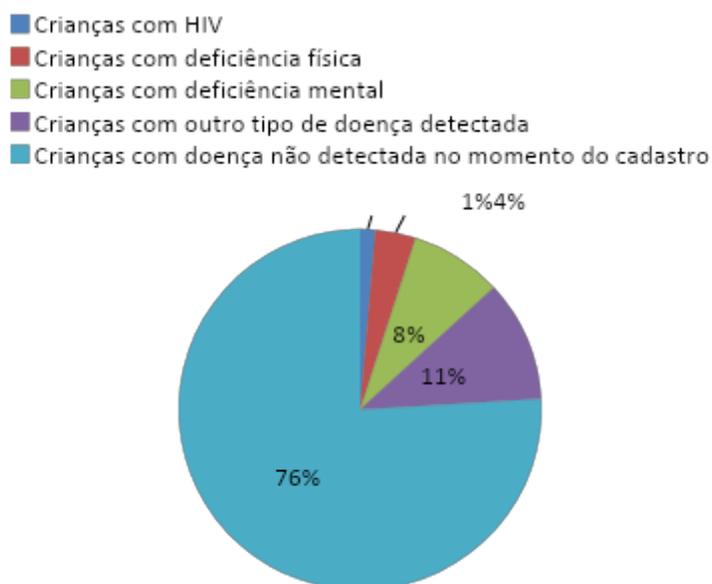
Fonte: CNA, 2016

O gráfico 10 apresenta o tipo de raça que os pretendentes desejam adotar, 22% aceitam apenas crianças e adolescentes da raça parda, 19% aceitam a raça branca, 16% aceitam a raça negra, 16% aceitam a raça amarela, 14% aceitam a raça indígena, 13% aceitam todas as raças.

Percebe-se que a maioria dos pretendentes deseja adotar apenas crianças pardas somando 22%, porém as distribuições da quantidade dos pretendentes que possuem preferências da raça estão bem próximas, significando assim que a escolha por uma raça específica não é mais valorizada, observa-se que ocorreram mudanças nesse aspecto de acordo com os argumentos de Weber (1997) e Maux e Dutra (2009).

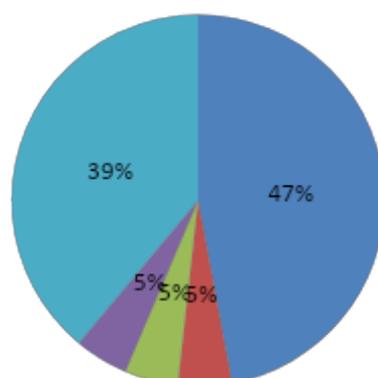
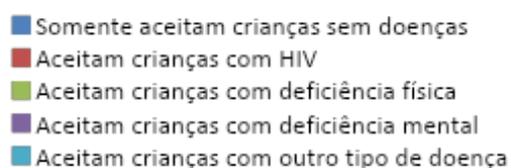
Décadas atrás as maiorias das escolhas eram por raça branca e parda, resultando no acúmulo de crianças das raças negras, indígenas e amarelas na lista de espera de adoção. Esse resultado ajuda a afirmar que a valorização do adotado realmente se faz presente nos dias atuais assim como Weber (2006) menciona.

Gráfico 11 - Crianças com doenças disponíveis para adoção no Brasil



Fonte: CNA, 2016

O gráfico 11 apresenta a distribuição de crianças e adolescentes cadastradas no CNA que possuem doenças. 76% não tiveram doença detectada no momento do cadastro, 11% tem vários tipos diferentes de doenças detectadas, 8% possuem deficiência mental, 4% possuem deficiência física e 1% possuem HIV. Apenas 24% das crianças e adolescentes cadastrados no CNA possuem doenças passageiras ou crônicas.

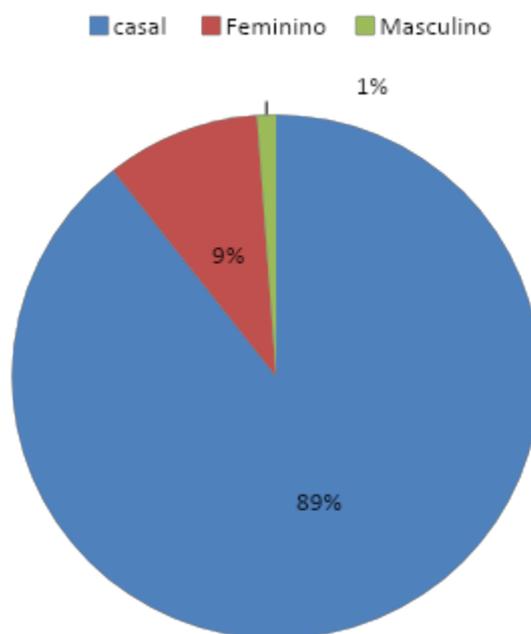
Gráfico 12 - Pretendentes que aceitam crianças doentes

Fonte: CNA, 2016

O gráfico 12 mostra os pretendentes que aceitam adotar crianças e adolescentes doentes. 47% somente aceitam adotar crianças sem doenças, 39% aceitam crianças com qualquer tipo de doença, 5% aceitam crianças com deficiência física, 5% aceitam crianças com deficiência mental e 4% aceitam crianças com HIV.

O resultado apresenta que 39% aceita adotar crianças e adolescentes doentes, isso mostra que a valorização do adotando está crescendo como afirmam os autores Weber (1997) e Maux e Dutra (2009), antes crianças doentes não eram aceitas para serem adotadas, somente crianças saudáveis, brancas, meninas e bebês eram desejadas.

Comparando o gráfico 12 com o gráfico 11 percebe-se que a aceitação e a diminuição do preconceito fazem parte da adoção na atualidade, antes crianças doentes não eram adotadas, hoje em dia já existem pretendentes que não se importam com o estado físico ou mental dos adotandos. Esses dados afirmam mais uma vez a mudança no contexto histórico do adotado, no qual o mesmo passou a ser mais valorizado e visto com menos preconceito, segundo Ebrahim (2001) a família deve valorizar e priorizar o bem-estar dessa criança, de forma que a acolha e lhe doe amor e carinho.

Gráfico 13 - Pretendentes por configuração familiar no Brasil

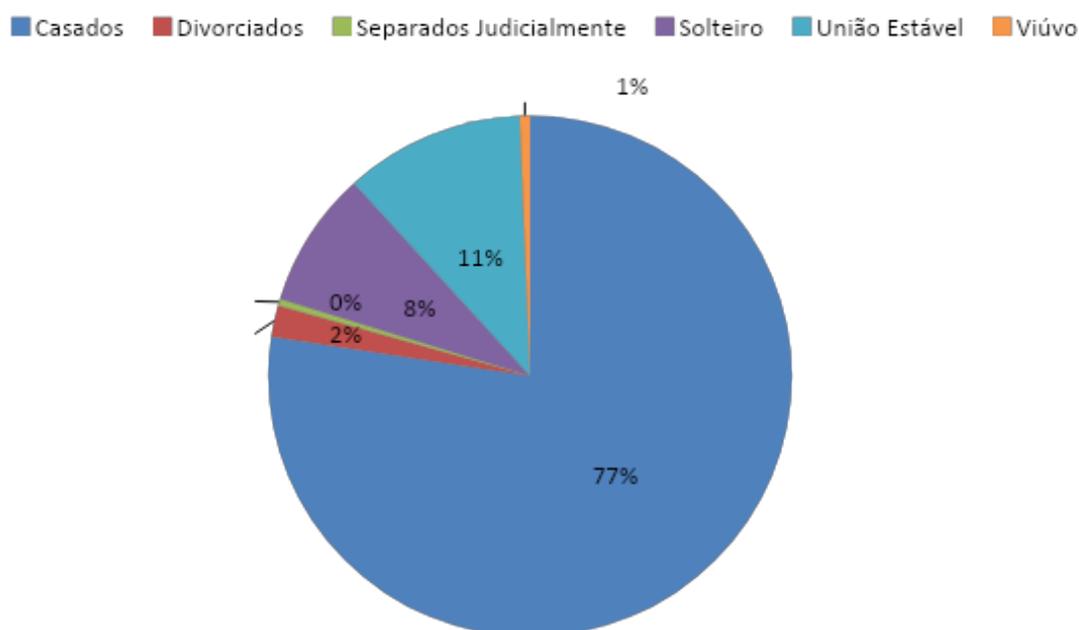
Fonte: CNA, 2016

O gráfico 13 apresenta a distribuição por configuração familiar dos pretendentes a adoção. 89% é casal, 10% são apenas do sexo feminino e 1% apenas do sexo masculino.

O resultado revela que a adoção por casais ainda continua sendo a maioria, somando 89%, porém 11% apresentam outros tipos de constituição de família, ou seja, está ocorrendo mudanças nesse aspecto.

Percebe-se que a configuração de família adotiva realmente vem se modificando, anos atrás somente casais casados legalmente podiam adotar hoje em dia mulheres e homens solteiros que pretendem adotar, pode se candidatar a adoção, o que chamamos de adoção monoparental onde apenas um sujeito assume a paternidade ou maternidade formando assim sua própria família segundo Grzybowski (2003). Formando assim uma configuração diferente do formato tradicional que era de pai, mãe e irmãos como afirmam Zanetti e Gomes (2009).

Gráfico 14 - Estado Civil dos Pretendentes a adoção no Brasil



Fonte: CNA, 2016

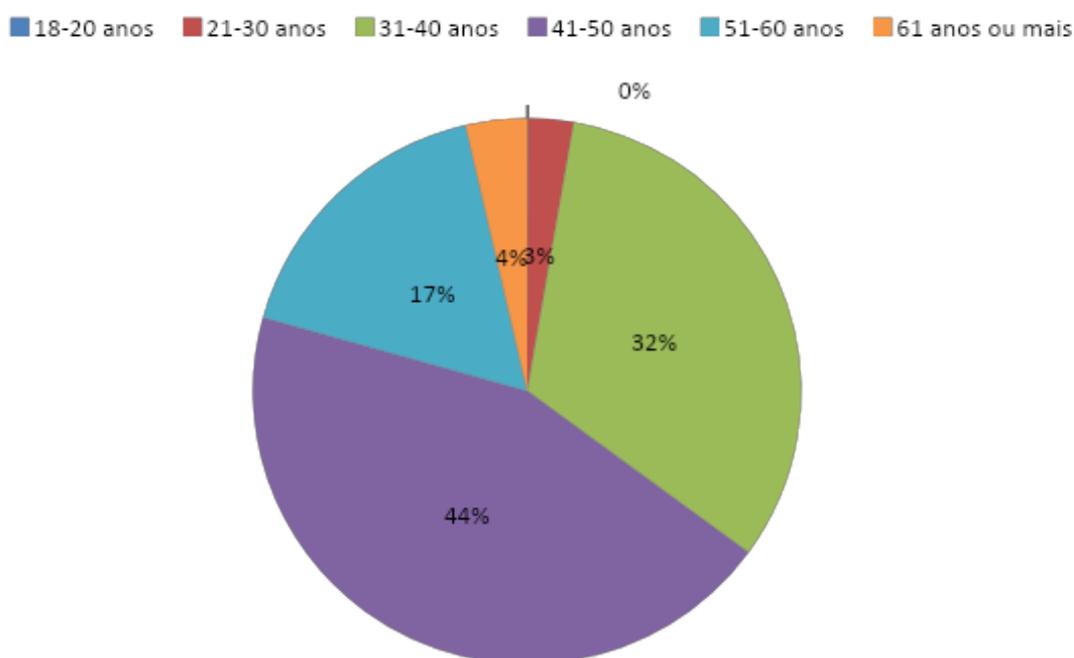
O gráfico 14 mostra a distribuição do estado civil dos pretendentes cadastrados no CNA. 77% são casados, 11% estão em união estável, 9% são solteiros, 2% estão divorciados e 1% se apresenta como viúvo (a).

Esses dados confirmam as inovações que a adoção está relacionada os 77% são casados legalmente, mas os outros 23% tem outros tipos de relação, antes as leis não permitiam que pessoas que não fossem casadas legalmente adotassem hoje a lei 12.010 permite que pessoas que tenham qualquer tipo de união podem se candidatar a adoção (BRASIL,2009).

Observa-se que os casados ainda são a maioria que pretendem adotar, porém, aparecem pessoas solteiras, divorciadas, viúvas e em união estável que antes não se interessavam em adotar e também a lei não permitia. Os dados apresentam mais uma vez que as configurações familiares estão se modificando assim como foi citado por Zanetti e Gomes (2009), não são mais apenas os casais

que sentem o desejo de constituírem a sua própria família de acordo com Grzybowski (2003).

Gráfico 15 - Faixa Etária dos Pretendentes a adoção no Brasil



Fonte: CNA, 2016

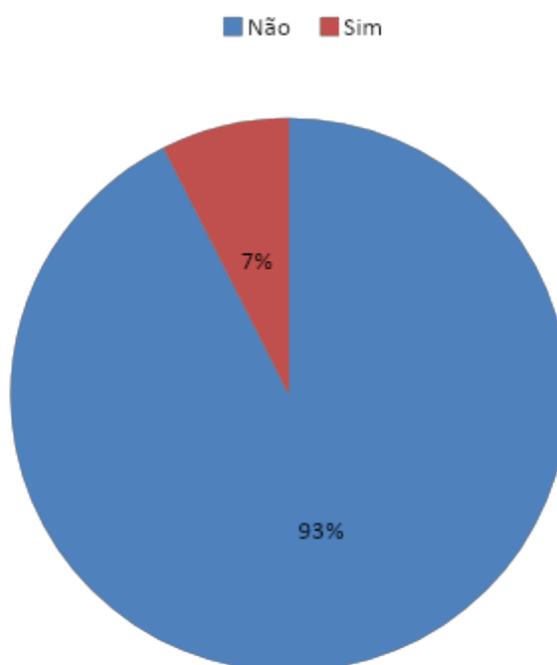
O gráfico 15 apresenta a distribuição da idade dos pretendentes. 44% tem de 41 a 50 anos de idade, 32% tem de 31 a 40 anos de idade, 17% tem de 51 a 60 anos de idade, 4% 61 ou mais anos de idade e 3% tem de 21 a 30 anos de idade.

A maioria dos pretendentes a adoção tem 41 a 50 anos de idade somando os 44%, isso significa que ainda as pessoas mais velhas ainda continuam sendo a grande maioria que deseja adotar, porém pessoas mais jovens também começaram a se interessar pela adoção assim como os dados apresentam que 3% desses pretendentes têm de 21 a 30 anos de idade.

Percebe-se que pessoas mais jovens também estão procurando pela adoção, não são mais apenas as pessoas mais velhas que desejam ter um filho, constituindo um novo formato de família como afirma (SILVA, 2012). Essas mudanças podem ser

reflexos das leis que antes só permitia que pessoas acima dos cinquenta anos adotassem já na atualidade a lei 12.010 de 2009 permite que pessoas a partir dos 18 anos possam adotar.

Gráfico 16 - Pretendentes à adoção no Brasil que já possuem Filhos Biológicos



Fonte: CNA, 2016

O gráfico 16 apresenta os pretendentes a adoção que possuem filhos biológicos. 93% não possuem filhos biológicos e 7% possuem filhos biológicos.

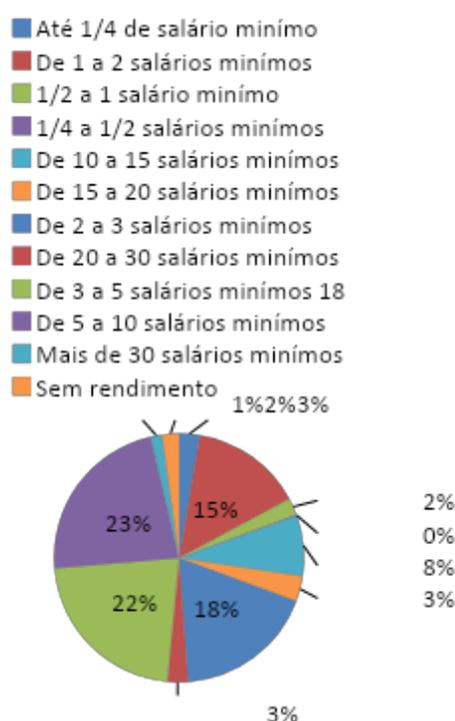
Os dados mostram que pais que já possuem filhos passaram a se interessar por adotar, entende-se que as motivações para adotar estão mudando, antes a maioria dos motivos pela procura por adoção era o fato dos pais serem incapazes de gerar um filho biológico segundo Dias, Silva e Fonseca (2008).

As motivações para adotar no Brasil estão se inovando, a adoção já não é mais procurada apenas para suprir à necessidade dos pais que não possuem filhos

biológicos e sim a de dar uma família a criança ou adolescente que precisa, percebendo essa criança de forma integral de acordo com Maux e Dutra (2009).

Isso também reflete na configuração familiar que será formada por um filho adotivo, fugindo assim do formato tradicional de família como afirma Silva (2012) que cita a formação de novos modelos familiares através de tipos diferentes de vínculos.

Gráfico 17 - Faixa Salarial dos Pretendentes a adoção no Brasil

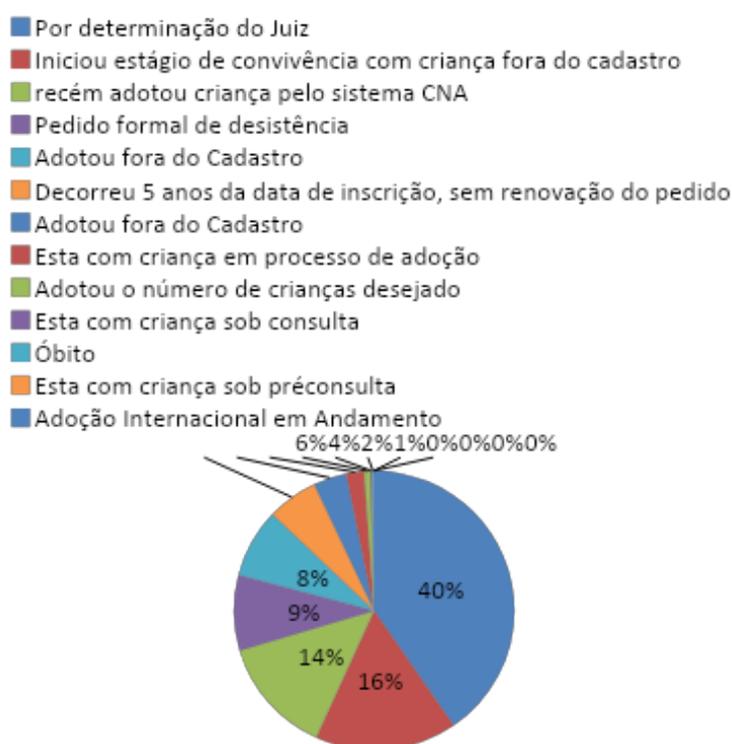


Fonte: CNA, 2016

O gráfico 17 apresenta a distribuição da faixa salarial dos pretendentes a adoção. 23% ganham de 5 a 10 salários mínimos, 22% de 3 a 5 salários mínimos, 18% de 2 a 3 salários mínimos, 15% de 1 a 2 salários mínimos, 8% de 10 a 15 salários mínimos, 3% de 20 a 30 salários mínimos, 3% até ¼ de salário mínimo, 3% sem rendimento, 2% de 15 a 20 salários mínimos e 1% ganha mais de 30 salários mínimos.

Percebe-se mudanças em relação à faixa salarial dos pretendentes, antes somente as pessoas que eram bem estabilizadas financeiramente eram permitidas a adotar, porém, os dados nos mostra que pessoas com baixa renda ou até mesmo sem renda mensal estão cadastradas para adotar segundo Valério e Lyra, (2014). Essas informações demonstram mais uma vez que a adoção está ganhando novos caminhos.

Gráfico 18 - Situação atual dos Pretendentes a adoção no Brasil



Fonte: CNA, 2016

O gráfico 18 apresenta a atual situação dos pretendentes cadastrados no CNA. 40% estão com a criança por determinação do juiz, 16% iniciaram o estágio de convivência com criança fora do cadastro, 9% pediu desistência formal da

adoção, 8% adotou fora do cadastro, 6% decorreu 5 anos da data de inscrição e não renovou mais o pedido.

Percebe-se que 40% já estão com o a criança através da determinação do juiz, 16% estão convivendo com a criança fora do cadastro e 8% adotou fora do cadastro, identifica-se que a maioria está fazendo a adoção de maneira legal, esse fato é considerado um avanço em relação às práticas inseguras dos adultos quando a adoção ocorre fora do sistema de adoção.

9% desistiram e 6% não renovaram identifica-se que essas pessoas descobriram que a preparação para a adoção é bem diferente do que elas estavam imaginando ou partiram para adoção fora do sistema reforçando o modelo autocêntrico e realizando a adoção para sua satisfação e não pelo interesse da criança como apontam Schettini, Amazonas e Dias (2006). Isso pode ocorrer por vários motivos, ansiedade da adoção, demora na fila e burocracia judicial.

O perfil dos pretendentes a adoção vêm se modificando aos poucos, lentamente os adotantes estão deixando de idealizar o filho desejado e passando a aceitar as crianças e adolescentes que estão disponíveis a espera de uma família que os acolha. O perfil dos adotandos também está se modificando, a idade das crianças disponíveis para adoção já está variando, o sexo que predomina já não é o feminino, o número de crianças doentes é menor, ou seja, a adoção está tomando novos caminhos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar e compreender o perfil dos pretendentes a adoção e o perfil dos adotandos que estão cadastrados no CNA. Dessa forma podemos afirmar que o objetivo da pesquisa foi alcançado através dos objetivos específicos que foram o perfil do pretendente a adoção que poderíamos encontrar e que perfil de adotando encontraria. Esses perfis estariam envolvidos com o grande número de crianças a espera da adoção. E como as novas configurações familiares estariam se relacionando com a adoção.

Foram encontrados dois tipos de perfis dos pretendentes a adoção conforme os dados expostos anteriormente nos resultados e discussões. O primeiro é de pais que ainda idealizam os seus filhos, querem adotar crianças de acordo com os filhos endeusados por eles, pois esses pais escolhem a cor, a idade, o sexo, a fisionomia, se a criança agrega doença ou não, se a criança tem irmãos ou não, e as suas maiores motivações ainda é a impossibilidade de gerar filhos biológicos. O Segundo perfil encontrado são de pais que estão formando novas configurações familiares, e aceitam adotar a criança real, que seria aquela que está disponível no CNA.

O perfil encontrado de adotando é bem tradicional quando comparamos com o contexto histórico da adoção, são crianças de 0 a 15 anos, que possuem ou não irmão, das raças branca, negra, parda, indígena e amarela. Uma pequena parte possui doenças crônicas ou doenças curáveis, a maioria é saudável. Existem crianças e adolescentes disponíveis para adoção no Brasil inteiro, sendo a maioria do sexo masculino.

Percebemos que a idealização do filho adotivo comparado as reais crianças e adolescentes disponíveis para adotar podem estar dificultando a agilidade da adoção. A maioria dos pretendentes traça um perfil da criança que desejam e na maioria das vezes esse perfil não está disponível, já por outro lado existem inúmeras crianças com perfis não desejados disponíveis para serem adotadas, mas como os pretendentes não se interessam, a fila fica estagnada.

Em relação às configurações familiares, notamos que a adoção está claramente se encaixando nesse aspecto, muitas adoções já fogem do formato padrão da família tradicional, se tonando famílias monoparentais, com vínculos

variados, com casamentos modernos, pessoas mais jovens, casais gays e com filhos biológicos e adotivos.

A psicologia é inserida no contexto da adoção através do Poder Judiciário em meio às etapas do processo de adoção, como a preparação dos pretendentes a adoção, o amparo psicológico as crianças e adolescentes que estão inseridos neste contexto e diante da aproximação de adotantes e adotandos, além de serem responsáveis por fazer as avaliações psicológicas dos envolvidos. Percebe-se assim a importância do papel do psicólogo diante da adoção, em especial na evolução das concepções e contextos familiares da contemporaneidade.

Em relação aos aspectos psicológicos dos sujeitos envolvidos no contexto da adoção, percebe-se que aos poucos esses aspectos estão se modificando através das mudanças que ocorreram no percurso pelo qual a adoção vem passando. Os pretendentes a adoção e os adotandos estão se posicionando com novas concepções, percepções, motivações, opiniões e postura em relação ao tema.

Acredita-se que isso vem mudando através da aceitação dos problemas que existiam e que ainda se fazem presente na adoção e com as tentativas de resolver esses problemas. As mudanças nas leis, o novo olhar sobre a criança e o adolescente, as novas motivações dos pretendentes para adotar, o apoio jurídico e psicológico oferecido ao adotante e ao adotando foram algumas das mudanças que auxiliaram nas mudanças dos aspectos psicológicos, pois, através dessas modificações a adoção passou a ser vista e vivida de forma mais natural.

Finaliza-se esse trabalho deixando clara a grande importância de se trabalhar com a adoção, essa temática envolve um número imenso de brasileiros, e principalmente crianças e adolescentes que precisam de uma maior atenção em relação a sua necessidade de ser acolhida.

Sugerimos que novas pesquisas a respeito da adoção sejam feitas por meio de acadêmicos de psicologia em relação ao papel da psicologia no âmbito da adoção, preparação dos pretendentes e dos adotandos na pré-adoção, durante a adoção e pós-adoção para ajudar na melhoria e desenvolvimento dos sujeitos que estão envolvidos nesse contexto.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Disposições Constitucionais Pertinentes: Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: **Senado Federal**, 2012.

BRASIL. lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

BRAZELTON, T. B. **Cuidando da Família em Crise**. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1991.

CECCARELLI, P. R. (2007). **Novas configurações familiares**: mitos e verdades. Revista Jornal de Psicanálise, São Paulo, vol.40. p.89-102.

CHAVES, A. **Adoção**. Belo Horizonte - MG. Del Rey, 1995.

CNA, **Cadastro Nacional de Adoção**.

<<http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco/es/cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

DIAS, C. M. SILVA, V. B. FONSECA, C. M. (2008). **A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos**. Revista Contextos Clínicos. Vol.1. São Paulo.

EBRAHIM, S. G. (2001). **Adoção Tardia**: uma visão comparativa. Revista Estudos de Psicologia. Vol. 18.

FREIRE, F. **Abandono e adoção**: contribuição para incentivo de adoção II. Curitiba: Terredês Hommes, 1994.

GRZYBOWSKI, L. S. **Famílias monoparentais**: reflexo da pós-modernidade?. GUARESCHI, P. A. Psicologia em Questão: reflexões sobre a contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS,2003. Pg.113.

LEVINZON, G.K. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SALVADOR, C. C. MESTRES, M. M. GÕNI, O. J. GALLART, I. S. (1997) *Psicologia da Educação*. Artmed, São Paulo.

SCHETTINI, S. S. M. AMAZONAS, M. C. L. DIAS, C. M. (2006) **Famílias Adotivas: identidade e diferença**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, V. 11, n. 2, p.285-293.

SILVA, R. O. (2012). **A Adoção de Crianças no Brasil: os entraves jurídicos e institucionais**.

MALDONADO, M. T. **Os caminhos do Coração**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MAUX, A. B. DUTRA, E. (2009) **Do útero á adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança**. *Revista Estudos de Psicologia*. N.14, p.113-121.

MAUX, A. B. DUTRA, E. (2010) **A Adoção no Brasil: algumas reflexões**. *Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia*. N.02, p. 356-372.

MACHADO, H. V. (2005). **Reflexões sobre conceitos de família**. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v.10 n.02.

MELLO, I. P. B. DIAS, C. S. B. (2003). **Percepção de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção**. *Revista Ciência e Profissão*. V.23 n.1, p.100-116.

OVANDO, A. G. S. PINTO, R. A. S. (2009). **O sucesso da adoção depende de seus caminhos**. *Revista Enciclopédia Biosfera*, Goiânia, vol.05, n.08.

VALÉRIO, M. & LYRA, P.(2014). **A construção cultural de significados sobre adoção: um processo semiótico**. *Revista Psicologia & Sociedade*, 26, n.3.

SASSON, M.D.H. SUZUKI, V.K.(2012). **Adoção de crianças maiores: percepções de profissionais do serviço de auxílio á infância**. *Revista de Psicologia da UNESP*. V.11, p.50-64.

WEBER, L. N. D. (1996). **Famílias Adotivas e Mitos Sobre Laço de Sangue**. In: XXVI Congrès International de Psychologie. Montreal (Canadá), 16 a 21 de agosto. *Caderno de Resumos*, p. 354.

WEBER, L. N. D. (1997). **Crerios de Seleção de Pais Adotivos: em Discussão**. *Revista Igualdade*.

WEBER, L. N. D. (1998). **O Filho Universal um Estudo Comparativo de Adoções Nacionais e Internacionais**. *Revista Direito*.

WEBER, L. N. D.(2000 A). **A pesquisa sobre adoção no Brasil:** Uma necessidade. *Psicologia Argumento*, XXVI, 27-34.

WEBER, L. N. D.(2000 B). **Os filhos de ninguém.** Revista CONJUNTURA SOCIAL (Rio de Janeiro), julho 2000, No. 4, p. 30-36.

WEBER, L. N. D. (2001). **Pais e filhos por adoção no Brasil:** características, expectativas e sentimentos. Curitiba: Editora: Juruá, 2001.

WEBER, L. N. D. (2005). **Abandono, institucionalização e adoção no Brasil:** problemas e soluções. *O Social em Questão*, 14, 53-70.

WEBER, L. N. D. **Pais e Filhos por adoção no Brasil.** Curitiba: Juruá, 2006.

WEBER, L. N. D. GAGNO, A. P. (2003). **A adoção na mídia:** revisão da literatura nacional e internacional. *Revista Paidéia*. Vol.13. p.111-118.

WEBER, L. N. D. PRADO, P. M. VIEZZER, A. P. (2004) **Identificação de Estilos Parentais:** o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*. Vol.13. p. 323-331.

KALOUSTIAN, S. M. (organizador). **Família Brasileira**, a base de tudo. 7º ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2005.

KUSANO, S. M. **Adoção de Menores:** intuitu personae. Curitiba: Juruá,2011.

ZANETTI, S. A. S. GOMES, I. C. (2009) **A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira.** *Revista PSICO*. V. 40, n. 2, p. 194-201.